

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)  
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)  
JULIO MESQUITA (1895-1927)  
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)  
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)  
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)  
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)  
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)  
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
PRESIDENTE  
ROBERTO CRISLIUMA MESQUITA  
MEMBROS  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
JULIO CESAR MESQUITA  
LUIS CARLOS ALENCAR  
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
DIRETOR DE JORNALISMO  
EURÍPEDES ALCANTARA  
DIRETOR DE OPINIÃO  
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA  
MARTIANA UEMURA SAMPATO  
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE  
PAULO BOTELHO PESSOA  
DIRETOR FINANCEIRO  
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

## NOTAS E INFORMAÇÕES

## Contingenciamento sem malabarismos



**Tese do governo para limitar bloqueio de despesas é rejeitada pela área técnica do TCU e mostra que o efetivo cumprimento da meta fiscal exigirá mais que interpretações criativas da lei**

Um parecer da área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) deixou claras as inconsistências da tese que o governo pretende emplacar sobre o tamanho do contingenciamento de despesas do Orçamento. Elaborado em resposta a uma consulta feita pelo Ministério do Planejamento à Corte de contas, o relatório mostra que a proposta de impor limites ao bloqueio de gastos, incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano, não apenas não tem respaldo legal, como também é uma infração passível de

punição dos gestores envolvidos e que, no limite, pode configurar crime de responsabilidade.

O parecer não é impositivo, ou seja, não necessariamente será acatado pelo relator da proposta, ministro Jhonatan de Jesus. E o presidente do tribunal, Bruno Dantas, enfatizou que a competência constitucional para decidir sobre o caso é do plenário. Mas a fundamentação dada pela área técnica não abre espaço para dúvidas sobre o posicionamento que o TCU deveria assumir – a não ser que a decisão da Corte de contas sobre o caso tenha caráter eminente-

mente político.

Como se sabe, os contingenciamentos foram instituídos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), uma lei complementar, e são o principal instrumento a que o Executivo pode recorrer caso haja uma frustração de receitas que incorra em risco de descumprimento da meta fiscal. Não são, nem nunca foram, opcionais, tampouco podem ser limitados ou eliminados por uma lei ordinária, como é o caso da LDO. Para os técnicos, portanto, a interpretação que o governo tenta emplacar via LDO “abala a harmonia do sistema normativo que rege as finanças públicas e não é a melhor solução para o caso”.

Os servidores do TCU não estão sozinhos nessa avaliação. Nota técnica elaborada pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara seguiu a mesma linha. O limite ao contingenciamento proposto pela LDO, supostamente baseado em dispositivos do arcabouço fiscal proposto pelo próprio governo Lula, “subverte a lógica” do próprio arcabouço e “extrapola o espaço interpretativo concedido pelo texto legal”.

O governo tampouco pode se dizer surpreso. Chamados a opinar sobre o dispositivo da LDO que permitia um bloqueio menor, servidores do Tesouro Nacional recomendaram que ele fosse vetado. Foram, no entanto, ignorados pelo secretário Rogério Ceron, que preferiu seguir o entendimento defendido pela Advocacia-Geral da União (AGU) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), autoras intelectuais da tese do contingenciamento menor incluída na LDO.

É bom lembrar que a AGU e a PGFN tiraram tal solução da cartola quando o presidente Lula, preocupado em garantir a execução de emendas e investimentos em um ano eleitoral, passou a relativizar a importância de cumprir a meta fiscal. De fato, a tese da AGU e da PGFN nunca parou em pé, mas pode ter dado algum tempo para que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tentasse persuadir o presidente sobre a importância da responsabilidade fiscal para a construção da credibilidade de seu governo.

Não se sabe até que ponto o presidente foi realmente convencido, mas Lula da Silva admitiu, na reunião ministerial da última segunda-feira, que cortes orçamentários às vezes são necessários. Livrou, inclusive, o ministro da Fazenda e a ministra do Planejamento, Simone Tebet, da responsabilidade pelos bloqueios.

A arrecadação da União foi recorde em janeiro, e tudo indica que as receitas em fevereiro serão fortes o suficiente para adiar o anúncio de um contingenciamento neste mês. O problema de fundo, no entanto, permanece e voltará a pautar os debates muito em breve. Se há dúvidas sobre se o vigor da arrecadação será mantido durante o ano todo, há indícios de que as despesas obrigatórias foram subestimadas e estão crescendo acima do esperado, o que pode comprimir o reduzido espaço dos gastos discricionários que o governo tenta proteger da tesourada.

Fato é que cumprir o limite de despesas e a meta fiscal exigirá revisão de gastos e reformas estruturais, bem mais que malabarismos criativos como o que o governo submeteu ao TCU. ●

## A fritura da ministra da Saúde

**Pressão pela demissão de Nísia Trindade diz muito mais sobre as suspeitíssimas intenções de seus detratores do que sobre sua competência científica e administrativa para estar onde está**

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, está sob ataque. Alvo de cobiça pelo volume de recursos que administra (um orçamento de cerca de R\$ 220 bilhões apenas para este ano), o cargo de Nísia fez crescer os olhos do Centrão – sempre voraz, mas ainda mais em ano eleitoral – e de alas do próprio PT, partido do presidente Lula da Silva, especialmente do diretório do Rio, Estado de origem da ministra.

Em que pesem algumas justas críticas que possam ser feitas à gestão de Nísia à frente da Saúde, a ministra tem sido atacada por motivos que dizem muito mais sobre as intenções suspeitíssimas de seus detratores do que sobre sua competência científica e administrativa para estar onde está.

Que fique claro: é de muito dinheiro e poder de influenciar Lula que se está falando. Nem os incuráveis adictos por emendas do Centrão nem tampouco os petistas fluminenses, entre outros, estão interessados, minimamente que seja, em fazer mais e melhor do que Nísia tem feito no Ministério da Saúde.

Se a pasta, hoje, ainda claudica em algumas de suas frentes de atuação, é de justiça reconhecer que, quando chegou a Brasília, a ministra encontrou terra arrasada. A razia promovida pelo governo de Jair Bolsonaro na área da saúde não encontra paralelo em nenhuma outra da administração pública federal – talvez só na seara ambiental os bolsonaristas tenham feito estrago semelhante.

Em meio a essa faina de reconstrução, Nísia tem encontrado resistências

de onde menos deveriam partir. Lula pode dizer quantas vezes quiser que “confia” na ministra e que ela “será mantida” no cargo, pois só ele tem a prerrogativa de nomear e demitir ministros – de resto, uma obviedade. Mas suas atitudes não se coadunam com essa confiança. Mais bem dito: Nísia não parece contar com o apoio irrestrito do presidente da República para levar adiante um esforço de moralização do Ministério da Saúde, como ficou claro pela irritação do chefe ao se dirigir a ela, à beira do desrespeito, durante a reunião ministerial realizada há poucos dias.

Como tem sido noticiado, a ministra estaria sofrendo fortes pressões políticas porque não daria vazão à liberação de emendas parlamentares na velocidade exigida pelos glutões da República. Outras críticas pesadas sobre Nísia vieram de Lula, ninguém menos, após a TV Globo exibir uma reportagem sobre o estado de calamidade em que se encontram os seis hospitais federais no Rio. É curioso que essas pressões tenham aumentado no exato momento em que a ministra, ora vejam, decidiu mexer justo nesse vespeiro.

Até a estátua de Drummond na orla de Copacabana sabe que, ao longo dos anos, a rede de hospitais federais no Rio foi tomada como uma mina de ouro por uma bandidagem multifacetada. Numa espécie de rodízio, quadrilhas

ora formadas por políticos locais, ora por milicianos ou traficantes, quando não por consórcios entre dois ou mais desses grupos, têm saqueado o erário por meio de licitações fraudulentas, superfaturamento de insumos médico-hospitalares e realização de procedimentos fantasmas, entre outros malfeitos. Tudo, claro, à custa do bem-estar físico e emocional da população que mais carece de serviços públicos de saúde.

Recentemente, a ministra editou uma portaria que aumentava os poderes do Departamento de Gestão Hospitalar (DGH), responsável pela administração dos hospitais federais – sobretudo o poder de gerir as compras estatais, talvez o maior sorvedouro de dinheiro público dessa rede. O então chefe do DGH, Alexandre Telles, médico da confiança de Nísia, foi exonerado pela ministra no dia 18 passado. Em seu lugar assumiu um quadro do PT fluminense, a ex-deputada Cida Diogo.

São péssimos sinais que Lula dá à sociedade. Nísia, como qualquer outro membro do primeiro escalão do governo, à exceção de Geraldo Alckmin, pode ser demitida a qualquer momento. Porém, pelo que se sabe até agora, essa demissão, caso ocorra, terá sido pela razão errada: a capitulação do governo às chantagens do Centrão, no melhor cenário, ou às pressões do crime organizado, no pior. ●